

19

2 0 1 9

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FONTES, João Luís Inglês (dir.); GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Filomena, FARELO, Mário (coords.) *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, 919 pp. ISBN 978-972-24-1868-3.

O interesse da historiografia portuguesa pela História da Igreja em Portugal, seus agentes e instituições diocesanas, para a reconstrução das dinâmicas religiosas das heterogêneas práticas e do enraizamento do cristianismo, e ainda dos processos de disciplinamento nas sociedades ao longo dos séculos, não constitui uma novidade no abrangente panorama literário lusófono do último quarto de século. Perseverar e prosseguir num caminho de investigação que atraiu durante anos numerosos investigadores, tem denso significado e constitui uma virtuosa prática epistemológica.

De facto, é no contexto do aniversário dos 300 anos da criação do instituto do Patriarcado que a obra *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dirigida por João Luís Inglês Fontes, foi pensada e realizada por uma consistente equipa, composta por 40 investigadores que coordenaram ou participaram em projetos similares ao longo destas últimas décadas.

A nova obra coletiva, publicada pela Livros Horizonte, sob o patrocínio do Patriarcado de Lisboa e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é o resultado de um projeto científico do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP) e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), mas insere-se num contexto historiográfico muito interessante e que só brevemente é possível evocar.

No início deste século o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* e a *História Religiosa de Portugal*, dirigido por Carlos Moreira Azevedo, editado pelo Círculo de Leitores de Lisboa, tem-se constituído como uma monumental colectânea, absolutamente valiosa no universo religioso português. Na prática, os 7 volumes são imprescindíveis para quantos estudam e tratam da extrema península europeia sul-occidental, bem como das suas extensões pluricontinentais.

Por outro lado, a magistral trilogia que compõe a *História da Diocese de Viseu séc.VI-1974*, coordenada cientificamente por José Pedro Paiva, e editada em 2016 numa fecunda parceria entre a Imprensa da Universidade de Coimbra e a Diocese de Viseu, cabe brilhantemente neste conceituado panorama historiográfico atento a medir o pulso do impacto do catolicismo na sociedade e na cultura portuguesa (cfr. NESTOLA (2018)).

Ora, a obra em análise constitui outro denso momento de reflexão

e de balanço na esteira desta articulada produção literária entre macro e microescala, bem como entre história global e conectada e/ou comparada, entre processos de recuperação da memória ou de celebrações comemorativas, num atualizado diálogo entre historiografia nacional e de outros países.

É importante também destacar o facto de a obra editada em 2018 se inserir no contexto não apenas literário mas também de outras iniciativas científicas que, ao longo de uma década foram promovidas pelo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) em associação a outras instituições e centros de investigação portuguesas que fizeram da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa um ativo laboratório científico. Refiro-me em particular aos *Seminários de História Religiosa Moderna* que, nos anos 2008-2018, foram organizados em parceria com outros centros portugueses como o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC), Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, e abrindo-se à colaboração de outros, designadamente o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto. (Cfr. http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1005&lang=1&artigoID=152).

Os temas tratados ao longo da década 2008-2018 foram selecionados cuidadosamente pelos experientes António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva (a partir de 2014 juntaram-se também Antónia Fialho Conde e Zulmira Santos), e desenvolvidos ao longo de 10 ciclos de conferências centradas sobre Clero, Inquisição, Cristianismo no Império português, Santidade, Confissão, Concílio de Trento, Clero regular, Educação e Religião na Época moderna.

Uma estrutura complexa esta, que conformou não apenas o panorama da História Religiosa portuguesa mas tornou-se ponto de referência para quantos abordam o impacto do cristianismo na Europa e outros continentes do orbe católico. De facto, para além do *selecto* núcleo de palestrantes portugueses os seminários abriram-se a outros excelentes investigadores e professores estrangeiros oriundos de Itália, Espanha, França e ainda do Brasil, convocados e convidados para dialogar sobre assuntos não apenas religiosos, mas também políticos, sociais, artísticos, antropológicos, arquivísticos e da biblioteconomia. Eixos epistemológicos cruzados com as principais temáticas desenvolvidas ao longo de múltiplas conferências, as quais tornaram-se também itinerantes iniciativas, consumadas não apenas em Lisboa mas também em outras cidades universitárias.

Nesta linha de persistente continuidade historiográfica, a obra centrada

sobre os bispos e os arcebispos de Lisboa deveria integrar o conjunto de livros de uma biblioteca ou de uma livraria, bem como caber entre os volumes que continuam a suscitar questões e divulgar saberes. O CHSC teve um papel capital nesta complexa estrutura, dinamizada não apenas por seus membros e investigadores, mas também contribuindo com a constante presença de jovens investigadores, doutorandos e pós-doutorados ao longo das palestras; contribuindo, ainda, na construção de textos que levantaram questões e difundiram consolidadas metodologias, experiências de investigação ou incipientes linhas de pesquisas. Para além da página internet que disponibilizou rapidamente os resumos das questões tratadas, números monográficos da revista *Lusitania Sacra*, bem como o livro *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos* (2014) são ineludíveis referências, que, de facto, se encontram ao longo do volume em apreço.

Também por isso o livro que aposta nas biografias de bispos e arcebispos de Lisboa reflete muitos dos compromissos desenvolvidos ao longo destes anos, e contribui de forma inequívoca para um desenho prosopográfico que retrata um corpo de pouco menos de 50 prelados. Homens que se sucederam na Igreja lisboeta a partir do final do século III até a primeira década do século XVIII. Uma organização episcopal que, na prática, se fecha pouco antes do ano de 1716 quando, com a criação do Patriarcado de Lisboa, se abriu uma nova era para a Igreja com uma ampla extensão territorial quer no centro metropolitano, quer nos espaços atlânticos. Ao longo de mais de 7 centúrias, este núcleo urbano revestiu preeminentes faces, às vezes em simultâneo, no âmbito político, territorial, militar, comercial, administrativo, social, litúrgico e religioso.

Numa dinâmica entre linguagem escrita e figurativa o resultado é um livro de 919 páginas, articulado em 5 grandes núcleos crono-temáticos: *Bispos de Lisboa, das origens à restauração da diocese* (pp.25-60); *Bispos de Lisboa, séculos XII-XIV* (pp. 85-430); *Arcebispos de Lisboa, séculos XIV-XVIII* (pp. 431-688); *A iconografia dos bispos e arcebispos de Lisboa* (pp.689-760); *Corpus iconográfico* (pp. 761-785). Aliás, conta com uma tripartição preliminar constituída por um *Prefácio* de D. Manuel Clemente; a *Apresentação* de Paulo de Oliveira Fontes; a *Introdução* dos coordenadores João Luís Inglês Fontes, António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade, Mário Farelo, e, finalmente, com o imprescindível quadro da *Bibliografia* (793-865), com o *Índice toponímico* (877-893) e o *onomástico* (895-919).

(Re)Considerando com aperfeiçoadas metodologias e recolha documental a lição da erudição histórica portuguesa, protagonizada entre os séculos XVII e XVIII por clérigos e congregações religiosas, como é o

caso da Academia Real de História, a escolha dos coordenadores é declarada desde logo: “A nossa opção radica na renovação que a própria história religiosa sofreu nas últimas décadas, também em Portugal, no seu próprio entendimento e no entendimento do religioso como perspectiva legítima de observação e compreensão das realidades da História” (p.19).

Na mesma linha metodológica enquadra-se outro esclarecimento, relativo à compreensão pluridimensional dos prelados, para ponderar: origens sociais, geográficas e familiares; percursos formativos; redes institucionais e/ou afetivas; conflitos com centros de poderes próximos ou longínquos como Roma ou Avinhão, a corte régia, o cabido catedralício, a Inquisição, centros monásticos ou conventuais; ação plurifacetada no plano pastoral, institucional e cultural, no campo artístico e suas dimensões materiais ou simbólicas. Não se optou, portanto, por uma abordagem apologética ou meramente descritiva, nem por uma reconstrução prosopográfica, mas antes “passou-se para uma compreensão integrada dos percursos dos dignitários eclesiásticos” (p. 20).

Para algumas épocas, não foi simples avançar com este projeto integrado perante sérias lacunas documentais: por um lado, trata-se do centro diocesano que sofreu diretamente da catástrofe sísmica do ano de 1755; por outro, não se dispõe de trabalhos de investigação recentes sobre núcleos importantes de acervos reunidos nos Archivio Segreto Vaticano e na Biblioteca Apostolica Vaticana. Também por estas auspiciosas e futuras pesquisas a desbravar, conforme declararam os coordenadores, este livro não pretende ser uma obra definitiva sobre os protagonistas de uma circunscrição importantíssima da hierarquia diocesana portuguesa e/ou península ibérica.

A galeria episcopal começa com a figura de Potâmio (meados do século IV), o único bispo conhecido durante a época romana, e finaliza com o arcebispo D. João de Sousa (1703-1710). Analogamente a outros eclesiásticos dos quais se dispõe de pouca documentação, Potâmio é retratado com muita prudência (António Montes Moreira, pp. 27-49), destacando a evolução doutrinal, inicialmente marcada por fortes traços arianos, no seio da ortodoxia, confirmada pela exegese aprofundada dos opúsculos potamianos entre escritos teológicos ou de natureza parenética. Mais sólida, dada a abundância documental, a fisionomia do prelado que conclui a série dos arcebispos do primeiro decénio do século XVIII: D. João de Sousa formou-se na Universidade de Coimbra, transitou nas fileiras da Inquisição, entre os cargos palatinos da corte régia, bem como entre outras dioceses antigas, finalizando o seu *cursus* em Lisboa (Maria Paula Marçal Lourenço, pp. 679-688). Características sociológicas comuns para com outros prelados dos séculos XVI-XVIII. Compulsando o volume, destaca a preponderância atribuída a dignitários que regeram esta circunscrição, com vocação portuária, em momentos cruciais

para o estatuto diocesano lisiponense, como a restauração da diocese em 1147 e a sua elevação a arcebispado em 1393, executando a Bula de Bonifácio IX, *In eminentissima dignitatem*.

Trata-se de momentos que identificam a evolução do bispado sob distintos eixos sociais, territoriais, políticos, económicos e jurisdicionais, marcando as relações com oligarquias locais, com o próprio cabido, com ordens religiosas e militares sediadas na cidade. Uma dinâmica que não descuidava a interação com os reis, mas também com os papas e com outros núcleos diocesanos de estatuto superior ou mais antigo como Braga, Compostela, Sevilha, até com as circunscrições que, com a remodelação territorial, recaíram sob a jurisdição da metrópole lisiponense. No período medieval, aliás, a configuração do episcopado caracterizou-se pela presença de estrangeiros, como é o caso do primeiro bispo, D. Gilberto de Hastings «de nação dos Anglos», eleito e consagrado no 1º novembro de 1147 (Maria João Branco, pp. 123-133), e sobremaneira a partir dos anos 40 do século XIV, com bispos de origem francesa de nomeação papal ou ligados a redes eclesíásticas que rodeavam o papado de Avinhão. Os séculos XII-XIII foram caracterizados pelas eleições episcopais contestadas, que determinaram a intervenção de Roma à qual recorriam os prelados cuja escolha era subvertida por causa de erros processuais em termos canónicos, ou como consequência de acusações de simonia.

Tais especificidades emergem nos densos textos que compõem o núcleo entre as pp. 87-328, sendo que as entradas onomásticas são introduzidas por enquadramentos de síntese. Estes problematizam e questionam cada período tratado, e fornecem elementos qualitativos ou quantitativos, de conjunto, que ajudam a interligar e contextualizar as biografias episcopais, a ação conciliar ou de governo, bem como refletir sobre as diferentes fontes que constroem a narrativa de cada personagem perfilada.

Análogos propósitos guiam as páginas sobre o arquiépiscopado da época moderna, e destacam nos verbetes onomásticos que compõem a galeria de 12 prelados, perfilados por um diversificado grupo de autores (pp.553-688). A cada entrada corresponde, logo, uma pequena tábua cronológica com as etapas biográficas marcantes desde o nascimento à morte, bem como a reprodução de emblemáticos documentos de diferente natureza, referentes à personagem tratada. Tanto por este grupo como pelo anterior, a documentação foi encontrada em cerca de 40 instituições, entre arquivos, bibliotecas, museus e igrejas, tanto de Portugal como de outros países europeus (pp. 793-802). Tais testemunhos contribuem para interligar os indivíduos a gostos e tendências estéticas, culturais e de outra natureza, que fazem parte da lógica da distinção ou da auto-representação.

O papel régio na nomeação episcopal destaca-se evidentemente desde inícios da época moderna, seja durante a dinastia Avis, seja na época dos Filipes ou na sucessiva evolução política. As decisões dos monarcas enquadram-se no complexo sistema de relações pessoais, familiares, clientelares e de serviço: fatores calibrados pelo rei para recompensar lealdades ou desmorronar camadas de poderes. Outra característica que distingue este grupo de arcebispos lisboetas é a origem geográfica nacional, conforme uma estreita aplicação do princípio do indigenato, fixado em 1581. Esta configuração sociogeográfica constitui outro sinal identitário com respeito aos grupos episcopais de centúrias anteriores, e que difere também em comparação a coevas dinâmicas eletivas desencadeadas para outras dioceses portuguesas de menor estatuto, pelas quais foram indigitados excepcionalmente estrangeiros, com sólidas vinculações de confiança aos reis.

Dentro do articulado *corpus* episcopal da primeira metade do século XVII, ou seja, ao longo da integração de Portugal no governo dos Habsburgo, sobressai a figura de D. Rodrigo da Cunha (1635-1643) (Ana Isabel López-Salazar, pp. 649-660), um prelado invulgar se quisermos. Transitou entre 4 dioceses portuguesas, mostrando-se particularmente ativo no governo episcopal, na política e espaço cultural, e teve, ainda, um relevante papel de erudito historiador. Com a sua volumosa *História eclesiástica da Igreja de Lisboa*, editada após a sua morte, em 1643, recolheu um repositório incontornável sobre a circunscrição lisboeta, com irremediáveis lacunas documentais. O erudito texto do arcebispo-historiador, manuseado com o devido cuidado, constitui ainda hoje uma referência imprescindível para épocas mais antigas, carentes de informações. De facto, são numerosos os verbetes do grupo episcopal da época medieval e moderna que remetem a este autor, pois dá consistência a hipóteses, documenta momentos da vida dos dignitários, faculta elementos factuais dos biografados seja pelas cronologias e governo pastoral, seja pelos aspetos da esfragística e da tumularia, ou ainda das cerimónias litúrgicas por eles dinamizadas. Outra questão surge para o(s) juízo(s) que foram produzidos sobre a sua pessoa e a sua ativa participação durante o processo político que, dando fim à união das coroas de Portugal e de Espanha, instaurou a nova dinastia da Casa de Bragança. É uma questão colocada pela autora do verbete biográfico, mas que encontra em outro estudo, (PAIVA, (2017)), uma excelente e inovadora ligação para com este prelado, o qual se preparava para a fase final do seu percurso biológico desta forma: “Agora que Portugal tem rey que o governe, pay que o console, senhor que o defenda (...) Senhor, levai-me para vós”, retomando as palavras proferidas pelo arcebispo de Lisboa, herói da Restauração.

Elementos do perfil genealógico, político, pastoral e cultural de D. Rodrigo

da Cunha são ainda aprofundados com ulteriores dados sobre os seus gostos literários e o mecenado editorial (Fernanda Maria Guedes de Campos, pp. 713-733). Sem dúvida trata-se de uma figura chave entre os arcebispos do século XVII, mas também um ponto gravitacional entre o conjunto episcopal antigo e o moderno, que acompanha o leitor na última parte do volume, dedicada à iconografia.

Este núcleo, de facto, complementa a última secção, subdividida em 5 capítulos autónomos que aprofundam sintomáticos aspetos da auto-representação episcopal. A última secção, *Corpus iconográfico* constitui um quadro sinóptico de bispos e arcebispos aos quais são associados documentos visuais. Abre esta última parte a heráldica episcopal dos séculos XIV-XVII, uma ferramenta que juntamente à antroponímia constituem “instrumentos identitários inseparáveis um do outro em diversos sentidos” (Miguel Metelo de Seixas, pp. 691-701, 692). Este percurso considera casos específicos, como o invulgar exemplo de D. Gonçalo Pereira, prelado abundantemente tratado na primeira parte do volume (Maria Helena da Cruz Coelho, pp.261-276).

Outra relevante forma de autorrepresentação episcopal encontra-se no capítulo centrado sobre a iconografia sigilar medieval (Maria do Rosário Barbosa Morujão, pp. 691-711), ou seja, das formas e conteúdos dos selos usados pelos dignitários como garantia da autenticidade dos documentos por eles outorgados. O capítulo dedicado à encomenda artística é dedicado a exemplos da época medieval encontrados na Sé de Lisboa, ou em outros edifícios da cidade, alguns dos quais afetados por terramotos, como os de 1356 e 1755 (Paulo Almeida Fernandes, 735-744). Uma contribuição específica à tumularia medieval aparece noutra capítulo (Carla Varela Fernandes, Pedro Flor, pp. 745-760), que lembra sismos e outras causas de destruição, como incêndios, campanhas de restauro ou incúria dos monumentos arquitetónicos episcopais. Contrariando atitudes mais recentes, muitas vezes estes exemplos de tumularia episcopal representavam *locus mortis* escolhidos pelos bispos para eternizar a sua própria memória.

Também o *Corpus iconográfico*, a sinopse icónico-textual abordada na parte final do volume, contribui para emblematizar o papel do episcopado lisiponense ao longo de mais de 7 centúrias, bem como para refletir sobre a afirmação do atual Cardeal-Patriarca de Lisboa que destaca na contracapa do volume: “A vida não se resume na vida narrada. No entanto da narrativa tiram-se conclusões importantes”.

Elaborado sem anacronismos nem extrapolações, possivelmente algum acontecimento ficou de fora deste complexo conjunto de biografias. É uma hipótese que pode avançar-se seja na perspetiva de preparar a História da

Diocese de Lisboa, seja como “crítica salutar” à qual também apelam os coordenadores (p. 24). É estranho, de facto, o pouco espaço que foi dedicado às «liturgias de poderes» ou outros eventos cerimoniais encenados pelos bispos neo-eleitos quer da época medieval quer, sobremaneira, da época moderna. Sobre este assunto a historiografia portuguesa abriu pistas pioneiras (PAIVA, (2006)), pois disponibilizou um manancial interpretativo também para estudos mais recentes sobre espaços negligenciados e pouco tratados da Europa, bem como dos dispersos e pluricontinentais territórios sob a influência da coroa portuguesa. Possivelmente também os bispos, e sobretudo os arcebispos de Lisboa, foram atores destas solenes encenações que envolviam a cidade com os seus monumentos e configurações sociais. A partir destes atos de manifestação e consagração da dignidade e poderes episcopais, será possível fornecer leituras interligadas do percurso biográfico dos prelados olisiponenses? É um desafio analítico sobre o qual vale a pena refletir e investir, revelador de momentos muito mais que efémeros ou simplesmente apoléticos.

Num quadro normativo e do papel da Igreja na sociedade, o livro *Bispos e Arcebispos de Lisboa* contribui para uma melhor definição das suas estruturas e poderes, jurisdições, mecanismos de vigilância e de orientação em Portugal e seus territórios ultramarinos. São variáveis de um universo cultural, religioso e social que não foi apenas cristão, mas que através da religião e dos seus agentes encontra e encontrará um âmbito científico de profundo interesse entre variados públicos de leitores.

Bibliografia:

- NESTOLA, Paola (2018). Recensão a Paiva, José Pedro, (Coord. Científica), História da Diocese de Viseu, *Via Spiritus*, 25, 213-220.
- PAIVA, José Pedro (2017), «Agora que Portugal tem rey que o governe, pay que o console, senhor que o defenda (...) Senhor, levai-me para vós”. D. Rodrigo da Cunha e a Restauração de 1640», *Lusitania Sacra*, 36 (Julho-Dezembro), 135-157.
- PAIVA, José Pedro, (2006), “A Liturgy of Power: Solemn Episcopal Entrances in Early Modern Europe”. In SCHILLING, H; GYÖRGY, I. Tóth (eds.), *Cultural Exchange in Early Modern Europe, vol. I, Religion and Cultural Exchange in Europe, 1400 -1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 138-161.

PAOLA NESTOLA

CHSC – Universidade de Coimbra
nestolap@gmail.com